



Balanço Social MAMAOT 2012



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

Ficha técnica:

**Balanço Social do Ministério da Agricultura,
do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)**

Ano: 2012

Propriedade e Edição:

Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura e do Mar

Praça do Comércio

1149-010 LISBOA

Tel: 213 234 600 - Fax: 213 234 601

<http://www.sg.mamaot.pt> | secretaria.geral@sg.mamaot.pt

Elaborado por:

Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos e Qualidade (DSRHQ)

Compilação de dados estatísticos:

Divisão de Administração de Pessoal (DAP);

Tratamento de dados, conceção, composição e grafismo:

Divisão de Desenvolvimento e Qualidade (DDQ).

Capa:

Divisão de Documentação e Comunicação

Novembro 2013

Índice

I - INTRODUÇÃO	2
II - MISSÃO - ATRIBUIÇÕES	4
III - ESTRUTURA ORGÂNICA	7
IV - RECURSOS HUMANOS	10
1. Caracterização dos efetivos por setores da Administração Pública/Serviço	10
2 - Caracterização geral dos efetivos	13
3. Trabalhadores por escalão etário	15
4. Trabalhadores por nível de antiguidade	16
5. Trabalhadores por nível de escolaridade	17
6. Trabalhadores estrangeiros	17
7. Trabalhadores deficientes segundo o género	18
8. Admissões e Regressos dos trabalhadores	18
9. Alteração de situação dos trabalhadores	20
10. Trabalhadores por período normal de trabalho	20
11. Trabalho extraordinário e assiduidade	21
V - REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS COM PESSOAL	23
VI - HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	24
VII - FORMAÇÃO PROFISSIONAL	26
VIII - RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DE DISCIPLINA	28
IX - CONCLUSÕES	29
X - RETRATO-TIPO DO TRABALHADOR DO MAMAOT	31
XI - RÁCIO GLOBAL	32

I - INTRODUÇÃO

O Balanço Social do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, abreviadamente designado MAMAOT, é o documento consolidado dos Balanços Sociais elaborados pelos serviços e organismos dependentes do MAMAOT, nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro e das orientações emanadas da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.

A par do Plano de Atividades, do Relatório de Atividades e do QUAR, o Balanço Social constitui um importante instrumento de planeamento, gestão e controlo que permite conhecer os recursos humanos existentes nos serviços e o grau de eficiência dos investimentos naquele âmbito, fornecendo um conjunto de informações essenciais sobre a gestão social dos recursos humanos.

Embora a obrigatoriedade legal da elaboração do Balanço Social se aplique apenas a cada um dos serviços e organismos, refere o n.º 4 do artigo 4.º do supra referido diploma, que estes devem remeter à Secretaria-Geral, cópia do seu Balanço Social, permitindo, desta forma, que se faça a agregação da informação e a consolidação do Balanço Social do Ministério.

A Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional (Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho) extinguiu os Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) e do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT), dando origem ao Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT).

O presente trabalho, reportando-se a 31 de Dezembro de 2012, reflete a realidade resultante da fusão dos dois Ministérios supra referidos (MADRP e MAOT), e apresenta-se como um documento essencialmente analítico e interpretativo da realidade, àquela data.

Este documento não procede à análise e caracterização dos dados relativos aos Membros do Governo (cargos políticos), aos trabalhadores do Quadro Especial Transitório gerido pela Secretaria-Geral (SG) (pagos pela SG mas a desempenhar funções noutros organismos onde são contabilizados como efetivos), ao pessoal contratado (não considerados efetivos) e ao pessoal em situação de mobilidade especial (inativos), nem inclui os efetivos dos serviços, cujas competências relativas

aos recursos humanos não estão atribuídas ao MAMAOT (setor empresarial do Estado, Cooperativas e Fundações).

Assim, embora o MAMAOT suporte encargos relativos a 10.890 trabalhadores, dos quais 74 são prestadores de serviços e 934 trabalhadores em situação de mobilidade especial e licença extraordinária, o universo de análise incide apenas sobre 9.846 trabalhadores que são efetivamente aqueles que estão a prestar serviço no Ministério.

II - MISSÃO - ATRIBUIÇÕES

MISSÃO

O Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, é o departamento governamental que tem por missão a definição, coordenação e execução de políticas agrícolas, agroalimentares, silvícolas, de desenvolvimento rural, de exploração e potenciação dos recursos do mar, de ambiente e de ordenamento do território, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de coesão social e territorial, bem como assegurar o planeamento e a coordenação da aplicação de fundos nacionais e comunitários a favor da agricultura, das florestas, do desenvolvimento rural, da política do mar, do ambiente e da valorização e ordenamento territoriais.

ATRIBUIÇÕES

Na prossecução da sua missão, são atribuições do MAMAOT:

- a) Conceber, desenvolver e coordenar a política de agricultura, das florestas, da conservação da natureza, do desenvolvimento rural, do mar, do ambiente e do ordenamento do território, centrada na sustentabilidade ambiental, económica e social;
- b) Promover a proteção, a valorização e a utilização dos recursos terrestres e marinhos e a qualidade da produção agroalimentar com vista a um desenvolvimento sustentável, eficiente e com baixo teor de carbono, assegurando a preservação do património natural, o bom estado e funcionamento dos ecossistemas, a manutenção e fomento da biodiversidade, da conservação da natureza e da proteção e valorização da paisagem;
- c) Dinamizar e apoiar a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico numa perspetiva de inovação, de eficiência dos modos de produção e de qualidade e valorização dos produtos e incentivar a melhoria das infraestruturas e da formação profissional e técnica dos agentes económicos e sociais;

- d) Assegurar o planeamento, a coordenação, a gestão e o controlo da aplicação dos instrumentos financeiros nacionais, comunitários e outros mecanismos de apoio internacional, garantindo a existência de sistemas de monitorização e avaliação, bem como assegurar a divulgação pública de informação sobre indicadores de desenvolvimento das políticas;
- e) Desenvolver, implementar, manter atualizadas e avaliar as estratégias nacionais em todas as áreas tuteladas, designadamente a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Rural, a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, a Estratégia Nacional para as Florestas, a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, a Estratégia Nacional para o Mar e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas;
- f) Coordenar e desenvolver os sistemas nacionais de informação de base geográfica necessários à prossecução das políticas da agricultura, da conservação da natureza, das florestas, do desenvolvimento rural, do mar, do ambiente e do ordenamento do território, assegurando a sua integração;
- g) Impulsionar o desenvolvimento de um quadro legal simplificado para a prossecução das políticas tuteladas e garantir a adequada aplicação das leis e dos instrumentos administrativos, nomeadamente por via de auditorias de controlo e de ações de inspeção e fiscalização;
- h) Promover a representação e participação ativa do Estado português no âmbito de convenções e acordos internacionais e das políticas da União Europeia nas áreas tuteladas;
- i) Assegurar e desenvolver os instrumentos da política agrícola comum e da política comum de pescas, com vista a garantir a sua adaptação às especificidades do território nacional;
- j) Assegurar a proteção, a qualidade e a segurança da produção agroalimentar;
- l) Incentivar e facilitar a formação e a dinamização de mercados de proximidade e a transparência nas relações entre os produtos, a transformação e a distribuição da cadeia alimentar;

- m) Desenvolver as políticas de desenvolvimento do território e urbanismo, garantir a sua execução e avaliação e assegurar a sua articulação com as políticas setoriais com incidência na organização do território;
- n) Desenvolver as políticas de ordenamento dos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição portuguesa e garantir a sua execução e avaliação;
- o) Desenvolver o quadro legal das atividades do setor marítimo-portuário nacional, em articulação com o membro do Governo responsável pelas áreas da economia e dos transportes;
- p) Prosseguir os trabalhos de suporte à submissão de Portugal junto das Nações Unidas para a determinação do limite exterior da plataforma continental, até à conclusão do referido processo;
- q) Planear e gerir, de forma integrada, os recursos hídricos, incluindo o regadio e garantir a existência e a qualidade dos serviços de abastecimento de água, designadamente para consumo humano, dos serviços de drenagem de águas residuais e do controlo da poluição, bem como do uso eficiente da água;
- r) Promover uma política sustentável da gestão de resíduos, nomeadamente através do apoio, dinamização, acompanhamento e monitorização de soluções de prevenção, reutilização e valorização;
- s) Desenvolver a política climática, com vista à transição para uma economia com baixo teor de carbono, nomeadamente em matérias de mitigação das emissões de gases com efeito de estufa e de adaptação aos impactes das alterações climáticas, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da energia;
- t) Promover e coordenar o desenvolvimento das políticas de gestão da qualidade do ar e de prevenção e controlo do ruído, visando a proteção da saúde pública e a qualidade de vida das populações e incentivar a melhoria do desenvolvimento ambiental, promovendo ações de identificação, prevenção e avaliação sistemática dos impactos da atividade humano sobre o ambiente, assegurar a prevenção e o controlo integrado da poluição e promover a educação ambiental como veículo estratégico da formação e sensibilização dos cidadãos;
- u) Desenvolver, executar e avaliar a política social de habitação, estimulando e apoiando a gestão, conservação e reabilitação do património habitacional.

III - ESTRUTURA ORGÂNICA

Integram o Balanço Social do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - 2012, os seguintes serviços e organismos:

1. Organismos que elaboram Balanço Social nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro:

Administração direta do Estado	Serviços Centrais	Secretaria-Geral (SG)
		Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT)
		Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)
		Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)
		Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
		Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
		Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
		Direção-Geral do Território (DGT)
	Serviços Periféricos	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAP Norte)
		Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP Centro)
		Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP LVT)
		Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAP Alentejo)
		Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAP Algarve)
		Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte)
		Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro)
		Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT)
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo)		
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve)		
Administração indireta do Estado - superintendência e tutela	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I.P.)	
	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.)	
	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA, I.P.)	
	Instituto da Vinha e do Vinho, I.P. (IVV, I.P.)	
	Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I.P. (IVDP, I.P.)	
	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV, I.P.)	
	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA, I.P.)	
	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.)	
Entidade administrativa independente	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)	
Estruturas / Programas	Estrutura de Missão para a Extensão de Plataforma Continental (EMEPC)	
	Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER)	
	Programa de Rede Rural Nacional (PRRN)	
	Programa Operacional de Pescas (PROMAR)	

Quadro 1

2. Organismos que não elaboram Balanço Social nos termos dos n.ºs 1 do art.º1º do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro:

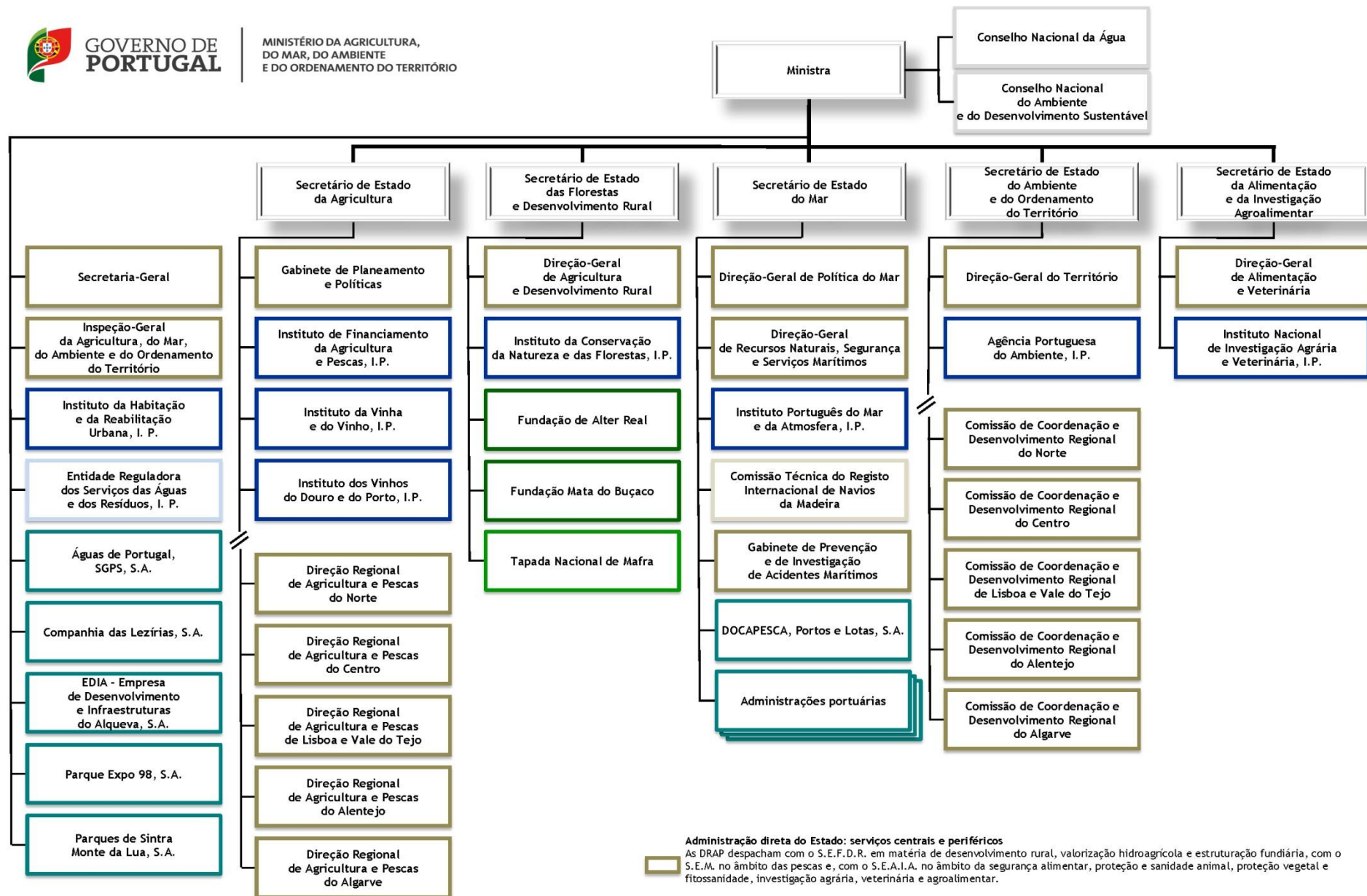
Outros	Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Marítimos (GPIAM)
	Conselho Nacional da Água (CNA)
	Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)
	Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE)
	Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades (POLIS)
Gabinete dos Membros do Governo	Gabinete da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
	Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura
	Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural
	Gabinete do Secretário de Estado do Mar
	Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território

Quadro 2

Em 21 de fevereiro de 2013 foi criado o Gabinete do Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar que não contribui com dados para o presente Balanço Social, cuja data referência é 31 de dezembro de 2012.

Os organismos referidos no n.º 2. supra, não elaboram Balanço Social, nos termos da lei, por não terem a natureza jurídica ali referida e/ou pela sua dimensão e características.

Não obstante, o presente Balanço Social, reúne a informação mais relevante daqueles órgãos/estruturas a fim de permitir uma análise rigorosa dos dados do MAMAOT, fazendo-se referência nos respetivos quadros/gráficos, sempre que assim não aconteça.

**Administração direta do Estado: serviços centrais e periféricos**

As DRAP despacham com o S.E.F.D.R. em matéria de desenvolvimento rural, valorização hidroagrícola e estruturação fundiária, com o S.E.M. no âmbito das pescas e, com o S.E.A.I.A. no âmbito da segurança alimentar, proteção e sanidade animal, proteção vegetal e fitossanidade, investigação agrária, veterinária e agroalimentar.

Administração indireta do Estado: organismos

O IFAP, I.P. com tutela conjunta com o membro do Governo responsável pela área das finanças. O IPMA, I.P. é articulado com o membro do Governo responsável pela área da ciência.

Sector empresarial do Estado

A Companhia das Lezírias, S.A. e a Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A. despacham com o SEFDR em matéria de gestão corrente.

Entidade administrativa independente**Outras estruturas****Fundações****Cooperativa**

IV - RECURSOS HUMANOS

1. CARACTERIZAÇÃO DOS EFETIVOS POR SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA /SERVIÇO

Nº de Trabalhadores por Serviço / Modalidade de Vinculação

		DADOS BS			DADOS SIOE (4)	Δ (1-4)	
		Vinculados (1)	Prestação Serviços (2)	TOTAL (3)			
Administração direta do Estado	Secretaria-Geral (SG)	126	1	127	123	3	
	Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT)	144	0	144	144	0	
	Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)	150	0	150	150	0	
	Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)	914	0	914	920	-6	
	Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)	273	0	273	273	0	
	Direcção-Geral de Política do Mar (DGPM)	18	0	18	18	0	
	Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)	131	0	131	131	0	
	Direcção-Geral do Território (DGT)	291	4	295	291	0	
	SUBTOTAL	2.047	5	2.052	2.050	-3	
	Serviços Centrais	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAP N)	750	0	750	735	15
		Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAP C)	520	0	520	520	0
		Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP LVT)	257	8	265	257	0
		Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAP AL)	351	17	368	346	5
		Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAP ALG)	189	0	189	189	0
		Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR N)	293	0	293	293	0
		Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR C)	247	0	247	247	0
		Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT)	177	1	178	176	1
		Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR AL)	193	2	195	193	0
		Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR ALG)	113	2	115	112	1
	SUBTOTAL	3.090	30	3.120	3.068	22	
Administração Indireta do Estado	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I.P.)	637	0	637	635	2	
	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I.P.)	1.418	30	1.448	1.418	0	
	Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I.P.)	782	6	788	779	3	
	Instituto da Vinha e do Vinho, I. P. (IVV, I.P.)	53	0	53	53	0	
	Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P. (IVDP, I.P.)	141	0	141	138	3	
	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. (INIAV, I.P.)	703	0	703	703	0	
	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA, I.P.)	459	0	459	459	0	
	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.)	248	0	248	248	0	
	SUBTOTAL	4.441	36	4.477	4.433	8	
	Entidade Administrativa Independente	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)	69	2	71	69	0
SUBTOTAL		69	2	71	69	0	

		DADOS BS			DADOS SIOE (4)	Δ (1-4)
		Vinculados (1)	Prestação Serviços (2)	TOTAL (3)		
Estruturas / Programas	Estrutura de Missão para a Extensão de Plataforma Continental (EMEPC)	23	0	23	23	0
	Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e programa de Rede Rural Nacional (PRRN)	56	0	56	56	0
	Programa Operacional de Pescas (PROMAR)	13	0	13	13	0
	SUBTOTAL	161	0	163	161	0
Outras Estruturas (Dimensão Reduzida)	Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Marítimos (GPIAM)	3	0	3	3	0
	Conselho Nacional da Água (CNA)	2	0	2	2	0
	Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)	4	0	4	4	0
	Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE)	3	0	3	3	0
	Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades (PÓLIS)	2	1	3	3	-1
	SUBTOTAL	14	1	15	15	-1
Gabinetes dos Membros do Governo	Gabinete da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT)	26	0	26	26	0
	Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura (SEA)	16	0	16	16	0
	Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural (SEFDR)	15	0	15	15	0
	Gabinete do Secretário de Estado do Mar (SEMAR)	14	0	14	14	0
	Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território (SEAOT)	22	0	22	22	0
	SUBTOTAL	93	0	93	93	0
SUB-TOTAL		9.846	74	9.920	9.820	26
Outras situações	Membros do Governo	5	0	5	5	0
	Quadro Especial Transitório (QET)	31	0	31	31	0
	Pessoal em Situação de Mobilidade Especial (SME)	934	0	934	934	0
	SUB-TOTAL	970	0	970	970	0
TOTAL		10.816	74	10.890	10.790	26

Quadro 3

Nota: O diferencial entre os valores do Balanço Social / SIOE relativo a 31.12.2012 (-26 SIOE), resulta da aplicação de diferentes critérios adotados nos dois instrumentos de gestão, ou seja, os dados do Balanço Social contemplam todos os efetivos com relação jurídica de emprego público em exercício de funções no organismo, e o SIOE exclui os trabalhadores com ausência superior a 6 meses, nomeadamente, por doença.

De acordo com o critério acima definido, é a seguinte, a distribuição dos trabalhadores do MAMAOT, por Serviço:

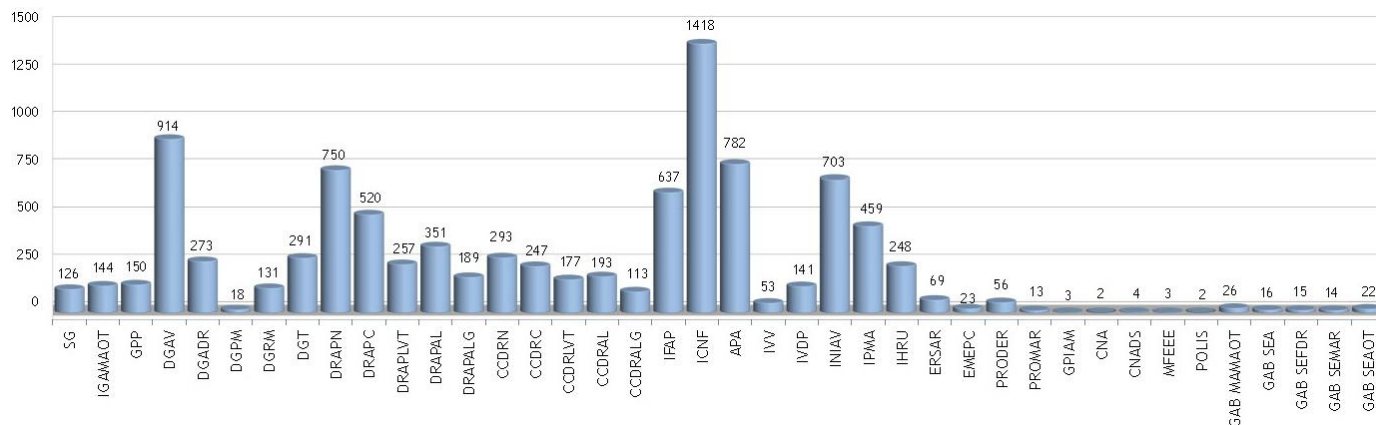


Gráfico 1

Em 31 de Dezembro de 2012, o total de efetivos a desempenhar funções nos serviços e organismos do MAMAOT era de 9.846, dos quais 5.445 (55,3%) do género feminino (F) e 4.401 (44,7%) do género masculino (M).

Trabalhadores a exercer funções nos Serviços e Organismos do MAMAOT

Serviços e Organismos	N.º de Trabalhadores (Efetivos)
Administração Direta do Estado - Serviços Centrais	2.047
Administração Direta do Estado - Serviços Periféricos	3.090
Administração Indireta do Estado - Institutos	4.441
Estruturas / Programas	161
Outros	14
Gabinetes dos Membros do Governo	93
TOTAL	9.846

Quadro 4

Distribuição dos trabalhadores por tipo de organismo

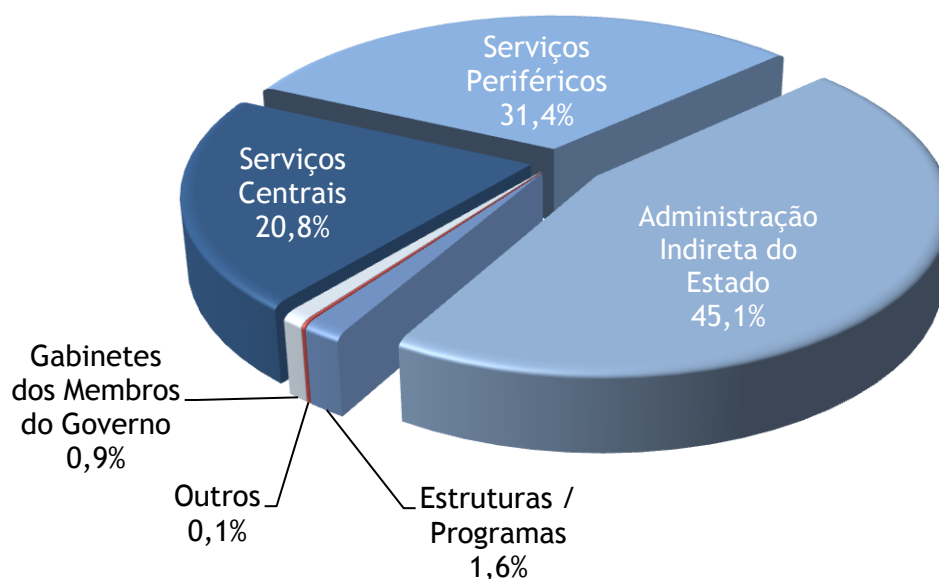


Gráfico 2

Na análise da distribuição dos efetivos do MAMAOT, constata-se que, 46,3% dos efetivos (4.567) estão concentrados nos 5 organismos com maior número de trabalhadores: ICNF - 1.418 (14,4%), DGAV - 914 (9,3%), APA - 782 (7,9%), DRAP Norte - 750 (7,6%) e INIAV - 703 (7,1%).

2 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS EFETIVOS

2.1. Trabalhadores por modalidade de vinculação

Com a entrada em vigor, em 1 de janeiro de 2009, da legislação que preconiza o Contrato de Trabalho em Funções Públicas para os trabalhadores da Administração Pública, a grande maioria dos trabalhadores do MAMAOT, que anteriormente detinha o estatuto de Nomeação Definitiva, transitou para a modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado (CTFPTI), passando a ser esta a relação jurídica predominante de 8.702 trabalhadores (88,4%).

Entre as outras modalidades de vinculação com alguma representatividade, regista-se a Comissão de Serviço (CS) no âmbito da LVCR - 727 (7,4%), subsistindo ainda a Nomeação Definitiva (ND) que se manteve para a carreira de inspeção - 108 trabalhadores⁽¹⁾ (1,1%), e “Outros” (cargos políticos, trabalhadores a desempenhar funções nos Gabinetes dos Membros do Governo, contratados a termo e trabalhadores no âmbito do Código do Trabalho) - 309 trabalhadores, (3,1%) do total.

Trabalhadores por modalidade de vinculação

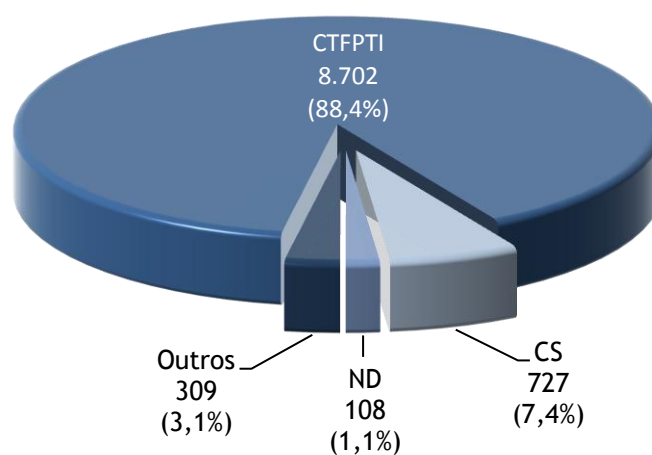


Gráfico 3

⁽¹⁾ 107 Inspectores em exercício de funções + 1 trabalhador da carreira de inspeção a desempenhar funções de TS em mobilidade.

2.2.Trabalhadores por Grupo/Cargo/Carreira, segundo o género

Dos 9.846 trabalhadores, 5.445 (55,3%) são do sexo feminino e 4.401 (44,7%) são do sexo masculino.

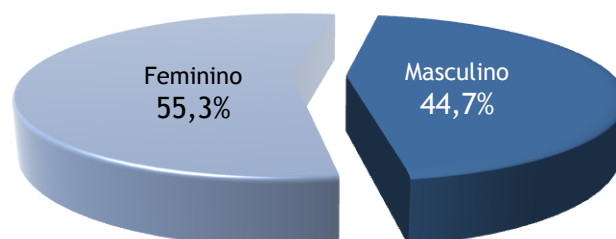


Gráfico 4

Os trabalhadores a exercer funções no MAMAOT encontram-se repartidos por 7 grupos profissionais, sendo: Dirigentes (7,2%), Técnicos Superiores (42,1%), Informáticos (2,6%), Inspetores (1,1%), Investigadores (1,9%), Assistentes Técnicos (32%), Assistentes Operacionais (13%), subsistindo um grupo indiferenciado denominado “Outros” (0,04%).

Género	Grupo/Cargo/Carreira																TOTAL	
	Dirigentes		Técnicos Superiores		Informáticos		Inspetores		Investigadores		Assistentes Técnicos		Assistentes Operacionais		Outros		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Masculino	354	3,6	1.842	18,7	161	1,6	55	0,6	62	0,6	1.186	12,0	740	7,5	1	0,01	4.401	44,7
Feminino	355	3,6	2.302	23,4	97	1,0	52	0,5	132	1,3	1.966	20,0	538	5,5	3	0,03	5.445	55,3
TOTAL	709	7,2	4.144	42,1	258	2,6	107	1,1	194	1,9	3.152	32,0	1.278	13,0	4	0,04	9.846	100,0

Quadro 5

A taxa de tecnicidade (relação entre os Dirigentes + Técnicos Superiores + Informáticos + Inspetores + Investigadores e o total de trabalhadores), é de 54,9%, e a taxa de feminização é de 55,3%, verificando-se a maior percentagem na carreira de Técnicos Superiores - 23,4%.

3. TRABALHADORES POR ESCALÃO ETÁRIO

Como se observa no quadro 6, a maior parte dos trabalhadores situa-se nos escalões etários entre os 55-59 anos no género masculino (M) e 50-54 anos no género feminino (F).

Estrutura Etária (Em 31 de Dezembro 2012)	M	F	TOTAL
Menos de 20 anos	0	0	0
Dos 20 aos 24 anos	0	2	2
Dos 25 aos 29 anos	14	25	39
Dos 30 aos 34 anos	100	138	238
Dos 35 aos 39 anos	313	512	825
Dos 40 aos 44 anos	546	790	1.336
Dos 45 aos 49 anos	755	1.082	1.837
Dos 50 aos 54 anos	946	1.197	2.143
Dos 55 aos 59 anos	1.184	1.151	2.335
Dos 60 aos 64 anos	507	505	1.012
Dos 65 aos 69 anos	34	43	77
70 e mais anos	2	0	2
TOTAL	4.401	5.445	9.846
Média etária = 50 anos			

Quadro 6

Média etária: género masculino (M) = 51 anos
género feminino (F) = 50 anos

A média de idades é elevada, 51 (M) e 50 (F), verificando-se que 56,6% dos trabalhadores tem 50 ou mais anos de idade.

O leque etário, que se traduz na diferença entre o indivíduo mais novo e o mais velho, é de 46 anos. As idades dos trabalhadores mais jovens e mais idosos, correspondem a 24 e 70 anos respetivamente, ambos com 2 trabalhadores.

O nível etário médio mais baixo (menos de 50 anos de idade) corresponde às carreiras de Dirigentes, Técnicos Superiores e Inspetores. Todas as outras carreiras têm uma média de idades superior a 50 anos.

Nível etário médio por Grupo/Cargo/Carreira, segundo o género

Nível Etário Médio Grupo/Cargo/Carreira	M	F	Média
Dirigentes	48	48	48
Técnicos Superiores	51	47	49
Informáticos	53	53	53
Investigadores	53	53	53
Inspetores	46	45	46
Assistentes Técnicos	51	52	52
Assistentes Operacional	53	53	53
Outros	62	54	56

Quadro 7

μ = anos

4. TRABALHADORES POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE

No MAMAOT, o nível médio de antiguidade, que se traduz na soma das antiguidades dividida pelo número de efetivos, situa-se nos 24 anos de serviço.

Média ponderada de antiguidade:

- género masculino = 25 anos
- género feminino = 23 anos

Sendo de realçar que o maior número de efetivos se encontra nos escalões 30-34 anos no género masculino e 20-24 anos no género feminino.

No universo dos trabalhadores em estudo, 50% tem 25 ou mais anos de antiguidade.

Antiguidade Média por Grupo/Cargo/Carreira, segundo o género

Grupo/Cargo/Carreira	M	F	Média
Dirigentes	16	17	16,5
Técnicos Superiores	23	18	20,5
Informáticos	23	26	24,5
Investigadores	26	26	26,0
Inspetores	21	18	19,5
Assistentes Técnicos	27	27	27,0
Assistentes Operacionais	30	27	28,5
Outros	32	27	29,5

Quadro 8

μ = anos

Como se observa no quadro 8, os trabalhadores dos grupos de Assistentes Operacionais e “Outros”, são os que apresentam um nível de antiguidade média mais elevada.

A antiguidade média mais baixa verifica-se no grupo dos Dirigentes (16,5 anos de antiguidade) e as carreiras de Técnicos Superiores e Inspetores, apresentam ambos uma média aproximada de 20 anos.

5. TRABALHADORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

O nível de escolaridade superior (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) é o mais representativo - 54,3%.

Dos 5.347 trabalhadores com formação superior (maioritariamente licenciaturas), 55% são do género feminino e 45% do género masculino.

Persiste, no entanto, uma margem mínima de 0,4% de trabalhadores com habilitações inferiores ao 4.º ano de escolaridade - 1.º ciclo do ensino básico.

Trabalhadores por nível de escolaridade, segundo o género

Nível de Escolaridade	M	F	TOTAL	
			Nº	%
Menos de 4 anos de escolaridade	27	17	44	0,4
4 anos de escolaridade	400	303	703	7,1
6 anos de escolaridade	237	160	397	4,0
9.º ano ou equivalente	467	563	1030	10,5
11.º ano	187	275	462	4,7
12.º ano	672	1.191	1.863	18,9
Bacharelato	291	154	445	4,5
Licenciatura	1.699	2.345	4.044	41,1
Mestrado	336	325	661	6,7
Doutoramento	85	112	197	2,0
TOTAL	4.401	5.445	9.846	

Quadro 9

6. TRABALHADORES ESTRANGEIROS

Os trabalhadores estrangeiros oriundos da União Europeia e de outros países são 10 - representando um índice de 0,1% - e, encontram-se distribuídos da seguinte forma:

CCDR Norte (3 trabalhadores):

- 1 dirigente intermédio
- 2 trabalhadores da carreira técnica superior

CCDR Centro: 1 técnico superior

IVDP, I.P.: 1 assistente técnico

IPMA, I.P. (3 trabalhadores):

- 1 trabalhador do grupo de investigação
- 2 da carreira técnica superior

IHRU, I.P.: 1 técnico superior

EMEPC: 1 técnico superior

7. TRABALHADORES DEFICIENTES SEGUNDO O GÉNERO

A taxa de trabalhadores deficientes, de acordo com os conceitos definidos para o IRS, é de 2,5%, correspondendo a 247 trabalhadores. Destes, 59% são do género feminino e 41% do género masculino.

	M	F	Total
Trabalhadores Deficientes	101	146	247

Quadro 10

8. ADMISSÕES E REGRESSOS DOS TRABALHADORES

As admissões e regressos, durante o ano de 2012, apresentam uma taxa de 6,7%, correspondendo a 665 entradas - 332 (49,9%) do género masculino e 333 (50,1%) do feminino.

Análise comparativa entre o número de trabalhadores vinculados e o número de admissões e regressos

Grupo/Cargo/Carreira	N.º de Trabalhadores	N.º de Admissões e Regressos	Taxa de Admissões e Regressos (Na carreira)	Taxa de Admissões e Regressos (No total dos trabalhadores)
Dirigentes	709	173	24%	1,76%
Técnicos Superiores	4.144	246	5%	2,50%
Informáticos	258	23	8%	0,24%
Investigadores	194	9	4%	0,1%
Inspetores	107	3	2%	0,03%
Assistentes Técnicos	3.152	175	5%	1,78%
Assistentes Operacionais	1.278	34	2%	0,35%
Outros	4	2	50%	0,02%
TOTAL	9.846	665	100%	6,78%

Quadro 11

Estes dados representam o total de admissões e regressos, podendo incluir regressos de mobilidade, ocorridas no mesmo ano, não podendo, assim, ser interpretados como novas "entradas" no MAMAOT

Da análise comparativa entre o número de trabalhadores e o número de admissões e regressos, por grupo profissional, verifica-se que as admissões e regressos são mais expressivas no grupo dos Dirigentes (24%), sendo a taxa global de admissões e regressos de 6,78%.

Saídas, por motivo

Motivo de saída	Trabalhadores Nomeados ou em Comissão de Serviço	Trabalhadores Contratados	Total
Morte	0	19	19
Caducidade (termo)	0	13	13
Reforma/Aposentação	17	233	250
Limite de idade	0	2	2
Cessaço por mútuo acordo	0	1	1
Exoneraço a pedido do trabalhador	0	0	0
Resoluço (por iniciativa do trabalhador)	0	0	0
Denúncia (por iniciativa do trabalhador)	0	5	5
Fim de situaço de mobilidade interna	8	68	76
Cessaço da Comissão de serviço	79	0	79
SME	0	0	0
Outras Situaço	77	276	353
TOTAL	181	617	798

Quadro 12

No ano em estudo, registou-se a saída de 798 trabalhadores (8,1%), sendo o principal motivo a reforma/aposentação, representando 250 trabalhadores (2,5%).

Análise comparativa entre o número de trabalhadores no ativo em 31/12/2012 e o número de aposentações em 2012

Grupo/Cargo/Carreira	Nº de Trabalhadores (31/12/2012)	Nº de Aposentaço	Taxa de Aposentaço
Dirigentes	709	11	0,11%
Técnicos Superiores	4.144	78	0,79%
Informáticos	258	3	0,03%
Investigadores	194	8	0,08%
Inspetores	107	0	0%
Assistentes Técnicos	3.152	119	1,21%
Assistentes Operacionais	1.278	31	0,31%
Outros	4	0	0%
TOTAL	9.846	250	2,54%

Quadro 13

O grupo mais representativo em termos de saída por aposentação, foi o dos Assistentes Técnico (1,2%).

9. ALTERAÇÃO DE SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES

Decorrente do estabelecido no Orçamento de Estado, no que concerne à proibição das alterações remuneratórias, não se verificaram promoções nem alterações de posicionamento remuneratório.

No entanto, 128 trabalhadores alteraram a sua situação de carreira, dos quais, 8 por procedimento concursal e 120 por consolidação da mobilidade na categoria (o que não configura alteração da posição remuneratória).

Tipo de Mudança	Número
Promoções (carreiras não revistas)	0
Alteração obrigatória de posicionamento remuneratório	0
Alteração de posicionamento remuneratório por opção gestonária	0
Procedimento concursal	8
Consolidação da mobilidade na categoria	120
TOTAL	128

Quadro 14

10. TRABALHADORES POR PERÍODO NORMAL DE TRABALHO

No ano de 2012, o horário de trabalho predominante, era o de tempo completo (35 horas) representando 88%, tendo os restantes horários uma taxa de 12%.

Trabalhadores segundo o período normal de trabalho

Período Normal de Trabalho	Número
Tempo completo (35 horas)	8.664
Semana de 4 dias	6
Tempo parcial ou outro regime especial	423
Isenção de horário	753
TOTAL	9.846

Quadro 15

11. TRABALHO EXTRAORDINÁRIO E ASSIDUIDADE

Ao longo do ano de 2012, foram prestadas um total de 51.378 horas de trabalho extraordinário, sendo o trabalho diurno o que detém a maior fatia, com 72,5%.

Trabalho extraordinário em horas

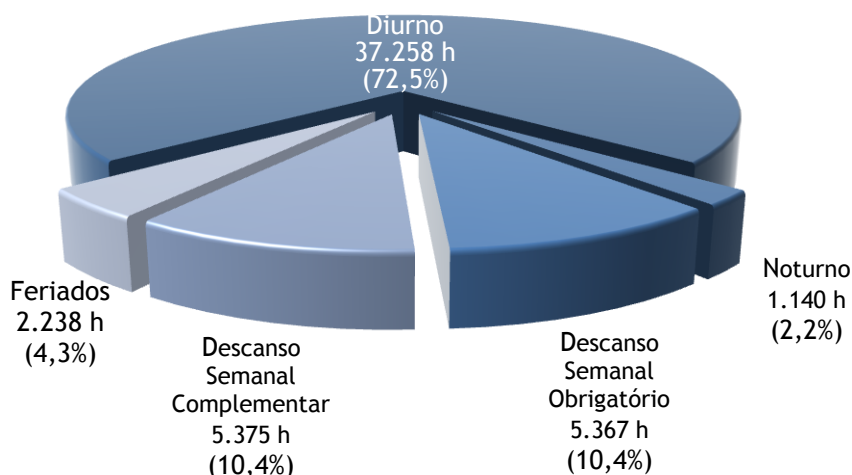


Gráfico 6

O principal motivo de ausência ao trabalho, foi a doença - 76.305 dias (52,6% do total de dias de ausência).

Dias de ausência do trabalho durante o ano, segundo o tipo de ausência/género

Motivos de ausência (em dias)	M	F	Total	%
Casamento	204	327	531	0,36%
Proteção na parentalidade	1.656	8.840	10.496	7,24%
Falecimento de familiar	715	1.057	1.772	1,22%
Doença	26.039	50.266	76.305	52,66%
Por acidente em serviço ou doença profissional	916	2.847	3.763	2,59%
Assistência a familiares	632,5	3.022,5	3.655	2,52%
Trabalhador-estudante	709,5	959	1.668,5	1,15%
Por conta do período de férias ^{a)}	14.000	14.862	28.862	19,92%
Com perda de vencimento	104	247,5	351,5	0,24%
Cumprimento de pena disciplinar	153	34	187	0,12%
Greve	416	564	980	0,67%
Injustificadas	67	3	70	0,04%
Outras Situações	7.417,5	8.819	16.236,5	11,20%
TOTAL	53.029,5	91.848	144.877,5	

Quadro 16

- a) Este motivo de ausência não é contabilizado para o cálculo das taxas de absentismo, face à sua relação direta com o período de férias.

Outro motivo com representatividade diz respeito às ausências por proteção da parentalidade (7,2%).

A média de dias de ausência do local de trabalho por trabalhador foi de 12 dias por ano, não se contabilizando aqui as ausências “por conta do período de férias”.

A taxa de absentismo ronda os 3,5%, sendo 2,3% feminina e 1,2% masculina.

Realça-se que a taxa de absentismo feminina é muito influenciada pela proteção na parentalidade.

Absentismo por Grupo/Cargo/Carreira

Grupo/Cargo/Carreira	Taxa de Absentismo
Dirigentes	2,1%
Técnicos Superiores	43,4%
Informáticos	2,0%
Investigadores	0,9%
Inspetores	0,6%
Assistentes Técnicos	38,0%
Assistentes Operacionais	12,9%
Outros	0,0%

Quadro 17

A taxa de absentismo mais elevada corresponde ao grupo de pessoal de Técnicos Superiores, seguida do grupo de pessoal de Assistentes Técnicos, com 43,4% e 38%, respetivamente.

V - REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS COM PESSOAL

Neste capítulo, constata-se que o vencimento médio líquido é de 1.290,94 €, situando-se o leque salarial líquido em 3.381,44€ (entre os 404,44€ relativos à remuneração de assistente operacional e 6.358,44€ correspondente a um cargo de direção.)

Os valores das remunerações máximas e mínimas por género, são os seguintes:

Remuneração (€)	Masculino	Feminino
Mínima	448,43 €	404,44 €
Máxima	6.358,44 €	5.403,65 €

Quadro 18

Os encargos com pessoal tem um valor total de 190.076.092,79€, sendo a rubrica mais expressiva correspondente a remuneração base, consumindo 80,2% do total de encargos.

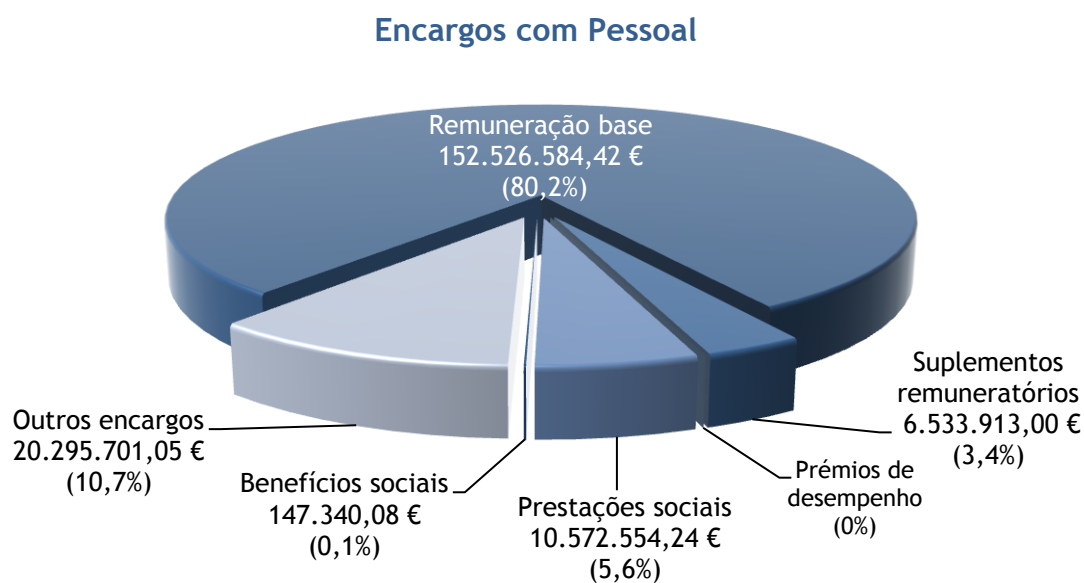


Gráfico 7

VI - HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

No ano de 2012, verificou-se uma taxa de acidentes em serviço de 12,1%, correspondente a um total de 71 acidentes, o que se traduziu na ausência ao trabalho de 1.853 dias.

Total de acidentes de trabalho registados durante o ano

Acidentes de Trabalho	N.º de Acidentes	N.º de dias perdidos por acidentes ocorridos no ano
No local de trabalho	58	1.647
<i>In itinere</i>	13	206
TOTAL	71	1.853

Quadro 19

Casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Acidentes em Serviço	N.º de casos
Incapacidade permanente parcial	0
Incapacidade temporária absoluta	20
Incapacidade temporária parcial	14
TOTAL	34

Quadro 20

Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos

Doenças profissionais		N.º de casos	N.º de dias de ausência
Código	Designação		
33.01	Dermatite de contato	1	17

Quadro 21

O único caso de doença profissional reportado, ocorreu no INIAV.

**Número e encargos das atividades de medicina no trabalho
ocorridas durante o ano**

Atividades de Medicina no Trabalho	Número	Valor (Euros)
Total de exames médicos efetuados:	748	49.979,82€
Exames de admissão	6	0 €
Exames periódicos	737	49.979,82€
Exames ocasionais e complementares	5	0 €
Despesas com a medicina no trabalho	0	47.932,98 €
Visitas aos postos de trabalho	223	0€

Quadro 22

**Intervenções das comissões de higiene e segurança
ocorridas durante o ano, por tipo**

Segurança e Saúde no Trabalho Intervenções das Comissões	Número
Reuniões da Comissão	0
Visitas aos locais de trabalho	1
Outras	0

Quadro 23

**Ações de formação e de sensibilização em matéria de segurança
realizadas durante o ano**

Segurança e Saúde no Trabalho Ações de Formação	Número
Ações realizadas durante o ano	10
Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas	242

Quadro 24

Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

Segurança e Saúde no Trabalho Custos	Número
Segurança e saúde no trabalho	50.419,86 €
Intervenções das Comissões	820,17 €
Reuniões da Comissão	0,00 €
Visitas aos locais de trabalho	0,00 €

Quadro 25

VII - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A taxa de participação em formação profissional foi de 79,7%, correspondente ao total 7.846 participações em ações administradas, das quais 5.140 (52,2%) foram participações em ações internas e 2.706 (27,5%) participações em ações externas.

O número de participantes em ações de formação ascendeu, durante o ano de 2012, a 3.091.

Participações em Ações de Formação Profissional realizadas durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração

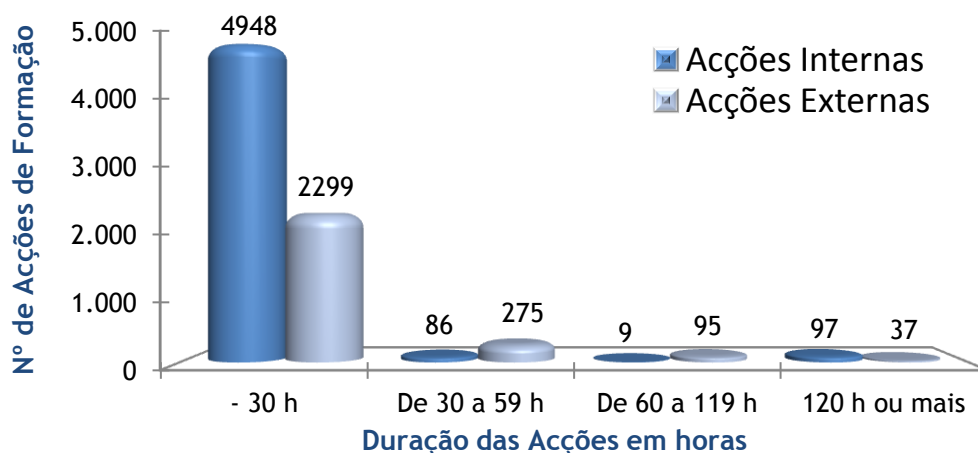


Gráfico 8

Em termos de horas despendidas temos, por grupo/carreira/cargo e por ordem decrescente: Técnico Superior - 47.311:58h; Assistente Técnico - 35.178:20h e os Dirigentes - 11.338:20h.

Horas despendidas em ações de formação durante o ano, por Grupo/Cargo/Carreira

Grupo/Cargo/Carreira	Horas despendidas em ações internas	Horas despendidas em ações externas	Total de horas em ações de formação
Dirigentes	4.130:00	7.208:20	11.338:20
Técnicos Superiores	20.683:40	26.628:18	47.311:58
Informáticos	411:00	781:30	1.192:30
Investigadores	51:00	103:00	154:00
Inspetores	1.540:00	517:00	2.057:00
Assistentes Técnicos	23.600:00	11.578:20	35.178:20
Assistentes Operacionais	3.639:00	1.528:00	5.167:00
Outros	0:00	0:00	0:00
Total	54.054:40	48.343:88	102.398:28

Quadro 26

A maior taxa de participações em ações de formação verificou-se nos trabalhadores dos grupos de Técnicos Superiores (42,5%) e Assistentes Técnicos (20,5%).

Análise comparativa entre os trabalhadores e o total de participações em ações de formação

Grupo/Cargo/Carreira	Nº de Trabalhadores	Nº de Participações	Taxa de Participação
Dirigentes	709	843	8,6%
Técnicos Superiores	4.144	4.185	42,5%
Informáticos	258	83	0,8%
Investigadores	194	23	0,2%
Inspetores	107	191	1,9%
Assistentes Técnicos	3.152	2.018	20,5%
Assistentes Operacionais	1.278	503	5,1%
Outros	4	0	0%
Total	9.846	7.846	79,7%

Quadro 27

O encargo total com a formação ascendeu a 368.371,96€, tendo sido despendido 133.869,11€ (36%) em ações internas e 234.502,85€ (64%) em ações externas.

Despesa anual com a formação

Tipo de ação	Valor em €uros	Valor percentual
Ações internas	133.869,11€	36%
Ações externas	234.502,85€	64%
TOTAL	368.371,96€	

Quadro 28

VIII - RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DE DISCIPLINA

A taxa de efetivos sindicalizados é de 19,4%.

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	1.912
Elementos pertencentes a Comissões de Trabalhadores	15
Total de votantes para Comissões de Trabalhadores	27

Quadro 29

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	12
Processos instaurados durante o ano	23
Processos transitados para o ano seguinte	15
Processos decididos - Total:	18
• Arquivados	12
• Multa	1
• Suspensão	5
• Despedimento por facto imputável ao trabalhador	0

Quadro 30

IX - CONCLUSÕES

O presente Balanço Social reporta-se ao universo de 40 serviços (8 centrais, 10 periféricos, 8 Institutos, uma entidade independente, 8 estruturas/programas e 5 gabinetes ministeriais).

Em 31 de dezembro de 2012, o número de efetivos do MAMAOT era de 9.846, não sendo contabilizados no presente documento como efetivos, os 74 prestadores de serviço, os Membros do Governo, o Quadro Especial Transitório (QET) e o Pessoal em Situação de Mobilidade Especial (SME).

Dos 9.846 efetivos do MAMAOT, 5.137 (52%) encontravam-se distribuídos pelos Serviços da Administração Direta do Estado (2.047 nos serviços centrais e 3.090 nos serviços periféricos), 4.441 (45%) integravam os Serviços da Administração Indireta do Estado/Institutos e, 268 (3%) estavam distribuídos em outras Entidades e Estruturas.

Do total de efetivos do MAMAOT, 7,2% eram, à referida data, dirigentes.

A taxa de feminização no MAMAOT era, em 31 de dezembro de 2012, de 55,3%, atingindo 23,4% na carreira de técnico superior e 20% na carreira de assistente técnico, sendo de 3,6% no grupo dos dirigentes.

Da totalidade dos efetivos, 88,4% eram trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, 7,4% - em Comissão de Serviço, 1,1% - com Nomeação Definitiva e 3,1% eram trabalhadores noutras situações.

A carreira de assistente técnico detêm a taxa mais elevada de feminização (62,3%), seguida da carreira técnica superior (55,5%).

A antiguidade média mais elevada verifica-se nos grupos: “Outros” (29,5 anos), assistente operacional (28,5 anos) e assistente técnico (27 anos).

O nível etário médio mais elevado refere-se aos grupos “Outros” com 56 anos, informática, investigação e assistente operacional, todas com 53 anos de média etária.

Em relação aos níveis de escolaridade, a taxa de formação superior situava-se nos 54,3%, sendo, destes, 12,3% e 3,6%, detentores do grau de “Mestre” e de “Doutor”, respetivamente.

A percentagem de trabalhadores com habilitações iguais ou inferiores a 4 anos de escolaridade é de 0,4%.

Relativamente aos fluxos de pessoal e em termos percentuais, no âmbito da carreira, foi no grupo dos dirigentes que se verificou o movimento mais acentuado de entradas, (24%), resultante da reestruturação PREMAC.

As carreiras de inspetor e de assistente operacional foram as que registaram a menor percentagem de entradas (2%).

No cômputo global, foi na carreira técnica superior que se registou a taxa mais elevada de admissões e regressos (2,5%).

No que se refere às saídas (8,1%), não considerando o motivo “Outras Situações”, a aposentação foi o motivo predominante (2,5%).

A taxa mais elevada de aposentações registou-se na carreira dos assistentes técnicos (1,2%).

De acordo com as regras atualmente em vigor, não ocorreram quaisquer alterações de posicionamento remuneratório.

No entanto, 128 trabalhadores alteraram a sua situação de carreira, por consolidação da mobilidade na categoria ou por procedimento concursal, o que não configura alteração de posicionamento remuneratório considerado no âmbito dos congelamentos em vigor.

Quanto às modalidades de horário de trabalho, predomina o horário de trabalho a tempo completo (35 horas), com um total de 8.664 trabalhadores.

A taxa de absentismo, foi em 2012, de 11,7% (116.016 dias), sendo o motivo principal, a doença (52,66%), seguido da parentalidade (7,24%), se não considerarmos “Outras situações” (11,20%), por serem indefinidas.

A taxa de participação em formação profissional foi de 79,7%, com maior incidência na formação interna (52,8%). Os custos com a formação profissional foram de 368.371,96€.

Quanto a encargos com o pessoal, a rubrica mais expressiva corresponde aos encargos com a remuneração base, consumindo 80,2% do total dos encargos.

A remuneração base média ilíquida é de 1.290,94€ e o leque salarial é de 3.381,44€ (o menor salário é de 404,44€ e o maior salário é 6.358,44€).

Verifica-se que o vencimento mais elevado é auferido por um elemento do sexo masculino e que o vencimento mais baixo é auferido por um elemento do sexo feminino.

X - RETRATO-TIPO DO TRABALHADOR DO MAMAOT

O trabalhador do MAMAOT típico é **mulher** (55,3%), com **50 anos** de idade e **23 anos de serviço**. É do grupo **técnico superior** e possui formação superior - **licenciatura**.

Tem como relação jurídica de emprego, o **contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**.

RÁCIO GLOBAL	
Índice de Enquadramento = $\frac{\sum \text{Dirigentes}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	7,2%
Índice de Enquadramento Feminina = $\frac{\sum \text{Dirigentes Femininos}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	3,6%
Índice de Enquadramento Masculino = $\frac{\sum \text{Dirigentes Masculinos}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	3,5%
Índice de Feminização = $\frac{\sum \text{Trabalhadores do Género Feminino}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	55,3%
Índice de Tecnicidade = $\frac{\sum \text{Dir.} + \sum \text{Téc. Sup.} + \sum \text{Inform.} + \sum \text{Invest.} + \sum \text{Insp}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	54,9%
Nível Etário Médio = $\frac{\sum \text{Idades}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	50 anos
Leque etário = 70 anos (Trabalhador mais idoso) - 24 anos (Trabalhador menos idoso)	46 anos
Nível Médio de Antiguidade = $\frac{\sum \text{Antiguidades}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	24 anos M = 25 anos F = 23 anos
Taxa de Efetivos Deficientes = $\frac{\sum \text{Trabalhadores Deficientes}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	2,5%
Índice de Trabalhadores Estrangeiros = $\frac{\sum \text{Trabalhadores Estrangeiros}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	0,1%
Taxa de Formação Superior = $\frac{\sum \text{Bacharelato} + \sum \text{Licenciatura} + \sum \text{Mestrado} + \sum \text{Doutoramento}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	54,3%
Taxa de Escolaridade Obrigatória = $\frac{\sum \text{Trabalhadores com 12.º ano}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	18,9%

RÁCIO GLOBAL		
Taxa de Escolaridade < 4 anos =	$\frac{\sum \text{Trabalhadores c/ Escolaridade <4 anos}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	0,4
Taxa de Admissões e Regressos =	$\frac{\sum \text{Admissões e Regressos}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100 =$	6,78%
Taxa de Saídas =	$\frac{\sum \text{Saídas}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100 =$	8,1%
Taxa de Aposentações =	$\frac{\sum \text{Aposentações}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	2,5%
Taxa de Absentismo =	$\frac{\sum \text{Dias de Ausências}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100 =$	3,5% M = 1,2% F = 2,4%
Taxa de Incidência de Acidentes no Local de Trabalho =	$\frac{\sum \text{Acidentes em Trabalho}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	12,1%
Taxa de Alterações Remuneratórias = (SIADAP)	$\frac{\sum \text{Alterações Remuneratórias}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	0%
Taxa de Alterações Remuneratórias = (Procedimento Concursal)	$\frac{\sum \text{Alterações Remuneratórias}}{\text{Total de Trabalhadores}} \times 100 =$	1,3%
Leque salarial líquido =	Maior remuneração base líquida - Menor remuneração base líquida	3.381,44€
Vencimento Base Médio =	$\frac{\text{Remuneração base}}{\text{Total de trabalhadores}} / 12 \text{ meses} =$	1.290,94€
Taxa de Formação Profissional =	$\frac{\sum \text{Participantes em Ações de Formação}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100 =$	79,7%
Taxa de Efetivos Sindicalizados =	$\frac{\sum \text{Trabalhadores sindicalizados}}{\text{Total de trabalhadores}} \times 100 =$	19,6%

BALANÇO SOCIAL MAMAOT 2012

O Balanço Social consolidado do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, relativo aos dados de 31 de dezembro 2012, foi elaborado com base nos elementos fornecidos pelos serviços e organismos do Ministério.

Secretaria-Geral do MAM
Novembro 2013